

# Pedido de iniciativa legislativa para mitigar a falta-de-mão de obra na agricultura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A falta de mão-de-obra é transversal a vários sectores, no entanto é mais acentuada nas colheitas pois é onde são necessárias mais pessoas num curto espaço de tempo.

Para ajudar a resolver o problema venho pela presente petição efetuar o pedido de iniciativa legislativa para que todas as pessoas que recebem apoios do estados sejam eles quais forem possam fazer um contrato de curta duração nos termos no artigo 142º do código de trabalho - casos especiais de contrato de trabalho de muita curta duração, e que não lhes seja cortado o apoio que recebem e que esse valor não seja taxado em sede de IRS para o caso dos estudantes em férias escolares ou trabalhadores estudantes. Com esta garantia iria existir muito mais mão-de-obra portuguesa. As pessoas com medo de perder os subsídios ou de serem prejudicadas no IRS ou em apoios futuros preferem não trabalhar. Se esta medida for implementada vai fomentar a inclusão das pessoas no mercado de trabalho e ajuda a resolver o problema da falta de mão-de-obra.

Passo a descrever o grave problema:

As colheitas dependendo do produto têm um tempo ideal para serem realizadas que em média é de uma a três semanas.

1- As pessoas portuguesas disponíveis para a colheita são estudantes; pessoas que estão desempregadas; pessoas que recebem o rendimento mínimo, pessoas que tiraram férias de propósito para a colheita, pessoas que estão reformadas e algumas pessoas que estão livres e não recebem qualquer apoio.

1.1 - Os estudantes não querem fazer contrato de curta duração pois se estiverem a receber bolsa ou subsídio perdem o direito à mesma. Já ouvi falar que agora existe uma forma de os estudantes não serem prejudicados, já me tentei informar, mas até à data não obtive uma resposta esclarecedora, se souberem como se faz agradeço que me expliquem. Se existir uma forma simples de os estudantes não serem prejudicados e se a mesma for divulgada é bom para todos.

1.2. Os desempregados não estão para suspender o subsídio de desemprego por causa de 2 semanas e depois estarem novamente à espera para o receberem novamente, qualquer pessoa no lugar deles fazia o mesmo.

1.3. Os que recebem o rendimento mínimo é a mesma situação dos desempregados por causa de 2 semanas não estão dispostos a perder o rendimento mínimo, qualquer pessoa no lugar deles fazia o mesmo.

1.4 Os que tiram férias de propósito para a colheita também não podem fazer contrato;

1.5 Os reformados são as pessoas com as quais ainda se vai conseguindo fazer um contrato de curta duração, mas depois de muita insistência eles aceitam para nos fazerem um favor.

1.6 E por último temos as pessoas que não trabalham e que não recebem qualquer apoio esses são os únicos que aceitam fazer um contrato sem colocarem objeções, o problema é que são poucos.

Resumindo a lei atual prejudica o empregador e coloca-o numa posição ingrata por um lado tem a fruta por apanhar pelo outro lado não consegue arranjar pessoas suficientes para a apanha e as que consegue tem de as convencer a fazer um contrato que pelo que enunciei acima nem sempre é fácil de conseguir.

Em suma se todas as pessoas pudessem fazer um contrato de trabalho de curta duração para as colheitas sem perderem os subsídios e sem que esse valor fosse contabilizado em sede de IRS, aumentava a mão-de-obra portuguesa disponível para as colheitas.

Com esta medidas todos os intervenientes ficam a ganhar, ganha o trabalhador pois aumenta o seu rendimento sem perder direitos, ganha o estado pois aumentam as contribuições para a segurança social e há mais dinheiro para gastar na economia, ganha o agricultor pois é uma ajuda na resolução do problema da falta de mão-de-obra.

O estado deve fazer parte da solução e não do problema!

## **Subscriber(es)**

Joana Rodrigues